

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA E O PAPEL DA FAMÍLIA COMO PRINCIPAIS DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Acadêmicas: Dayane do Rosario Matias¹, Izadora da Penha Araújo Freitas² e Jaqueline Braga Falcão³.

Professor: Omar Carrasco Delgado⁴.

RESUMO: Diante dos diversos desafios enfrentados na escola, este artigo visa apresentar obstáculos, ou seja, a violência na escola, o papel e a participação da família no processo de formação do aluno, bem como do profissional docente nesse cenário. Para tanto, utilizou-se como estratégia a pesquisa bibliográfica e qualitativa baseada na teoria dos trabalhos científicos já publicados. Este estudo é finalizado com sugestões, considerando aspectos relevantes que precisam ser modificados em prol da educação.

Palavras-chave: Violência. Família. Escola. Docente. Desafios Educacionais. Cenários.

ABSTRACT: In view of the various challenges faced at school, this article aims to present obstacles, that is, violence at school, the role and participation of the family in the process of training the student, as well as the teaching professional in this scenario. To this end, bibliographic and qualitative research based on the theory of scientific works already published was used as a strategy. This study ends with suggestions, considering relevant aspects that need to be modified in favor of education.

Keywords: Violence. Family. School. Teacher. Educational Challenges. Scenarios.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia, da Faculdade Multivix – Cariacica – ES, matriculada no 8º período, noturno. E-mail: dayane_rosario@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia, da Faculdade Multivix- Cariacica – ES, matriculada no 8º período, noturno. – E-mail: izaaraujofreitas@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia, da Faculdade Multivix – Cariacica – ES, matriculada no 8º período, noturno. E-mail: jaqueline-jbf@hotmail.com

⁴ Professor orientador da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, da Faculdade Multivix – Cariacica – ES. E-mail: omardcarrasco@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo tem por objetivo compreender e discutir sobre questões latentes que envolvem a área da educação, especificamente em relação à violência constante no âmbito escolar, a ausência da família no processo educativo e os desafios que envolvem a carreira docente.

Na prática, esses três temas estão inter-relacionados, uma vez que, a ausência da família no espaço escolar implica numa “espécie” de abandono do educando, o qual passa a apresentar um comportamento inapropriado no momento do ensino e aprendizagem, tendo como consequência o surgimento de mais um desafio para o docente administrar na sala de aula. Contudo, esse exemplo não deve ser considerado de forma generalizada, entretanto, nos casos em que se verifica, tem uma consequência direta na aprendizagem de toda a turma, bem como, na qualidade do trabalho do professor.

A escolha do tema justifica-se pela pertinência de que a violência na escola é de fato uma realidade do ensino brasileiro, causando grandes prejuízos ao aprendizado, não somente aos envolvidos, mas também a todos ao seu redor, tornando o ambiente muito cansativo e desagradável. Além disso, é importante debater sobre família e escola, e todo o contexto escolar, pois ao discutir a efetiva participação da família como um dos agentes mediadores da educação, e da escola, entende-se que essa participação contribui significativamente com o progresso acadêmico do educando. Diante disso, qualquer ação para melhorar a educação implica diretamente no trabalho do docente.

Por esse motivo surgem questões que precisam ser levantadas e discutidas, tendo em vista as seguintes indagações: O que causa a violência? Como ocorre e quais são os tipos de violência? Como a escola pode intervir? O que impede os pais de participarem mais efetivamente da vida acadêmica de seus filhos? Porque essa dificuldade resulta em perdas para o educando? O

que os desafios enfrentados pela profissão docente causam no alcance da qualidade educacional?

Sendo assim, para cumprir todos os objetivos, justificativa e problemas aqui descritos, o presente trabalho utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica que se baseia na teoria, dispondo de trabalhos prontos para realização de outra pesquisa, que são classificadas por artigos, revistas, periódicos, ou seja, são trabalhos científicos que já foram publicados e analisados, sendo de abordagem qualitativa, de natureza básica e com objetivo de uma pesquisa explicativa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA, DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR NO ÂMBITO ESCOLAR

Nota-se que, a violência na escola tem sido tema e desafio a ser encarado no contexto educacional contemporâneo, todavia, faz-se necessário compreender como a educação chegou a este ponto e por que convivem: educadores, corpo escolar, sociedade e alunos; com toda esta violência produzida em parte dentro da escola.

Historicamente, é necessário enfatizar que toda esta violência vista e vivenciada no ambiente escolar traduz uma realidade do século XXI, e que começou a coexistir dentro das escolas substancialmente no final do século XX. Segundo Silva e Assis (2018, p. 3) “nos últimos anos, casos de violência relacionados às escolas têm apresentado cada vez mais notoriedade na mídia e na sociedade em geral”.

Além disso, se considerar fatos recentes a partir de 2002, especificamente no Brasil, têm casos gravíssimos de violência praticados no ambiente escolar. O site de notícias DW Brasil apresenta casos: o ocorrido em 2002 no município de Salvador/Bahia, o qual um aluno de 17 anos matou a

tiros duas colegas de 15 anos em uma escola particular e o caso mais recente em Suzano/SP, o qual ex-alunos da escola pública Professor Raul Brasil assassinou cinco estudantes e duas funcionárias da escola.

Para Becker e Kassouf em seu artigo sobre Violência nas escolas públicas brasileiras (2016, p.656), há um perfil para o jovem agressor, e isso pode ser revelado pela sua vivência, diz o artigo:

Como o jovem não tem experiência suficiente para basear suas decisões na própria vivência, muitas vezes, ele observa o comportamento dos indivíduos ao seu redor e os considera como modelos de determinada conduta. [...] no caso do comportamento agressivo, um indivíduo está mais propenso a apresentar tal comportamento se os seus pares são violentos, o que é conhecido na literatura como efeito dos pares (peer effect).

Visto que, há um aumento da violência praticada na escola, existem fatores que contribuem para que isso ocorra, a pobreza, as drogas, a alta densidade populacional, a falta de políticas públicas, são causas que favorecem cada vez mais a violência na escola.

Para além dos fatores elencados anteriormente, é necessário considerar que a ausência da família no processo educativo tem trazido prejuízos para o sucesso escolar e pessoal dos educandos, visto que, a mesma tem papel fundamental na formação da criança / adolescente juntamente com o corpo docente.

De acordo com Ramos (2015, p. 5), em seu artigo sobre “Comportamentos Violentos”:

O fator família vai muito além, se pensarmos não só na influência física, mas também psicológica que a família tem. Alguns hábitos criados durante esta convivência são levados para todos os outros ambientes que o indivíduo frequenta, e a agressividade é um deles.

Para ilustrar, estes outros ambientes citados pela autora, são ambientes em que as crianças / adolescentes têm seu círculo social, como por exemplo, a

escola, a qual tem sido local de reprodução de comportamentos inadequados e violentos frequentemente.

Em dado contexto histórico, é possível identificar o afastamento da família a partir da Revolução Industrial (século XVIII), pois antes do surgimento das máquinas, pai, mãe e filhos faziam todo trabalho doméstico e artesanal juntos, entretanto, com o surgimento da indústria, pai e mãe passaram para o cargo de empregados assalariados em fábricas, ficando sem tempo e deixando de lado seus filhos.

Conforme Bintencourt e Macedo (2017, p.5), em seu artigo “Educação: a ausência da família na história da aprendizagem escolar” afirmam que:

Com a abertura do mercado de trabalho para as mulheres e sua autonomia financeira, elas acabaram por ter autonomia na criação dos filhos, podendo muitas vezes dispensar a participação do pai. Essa característica da contemporaneidade se tornou responsável por uma série de problemas para a instituição familiar tradicional.

Por consequência, as relações familiares tem se transformado consideravelmente, ou seja, assuntos que antes eram discutidos no seio familiar passaram a não ter a abordagem devida, reflexo disto na atualidade é um afastamento dos pais um dos outros, mesmo dentro da mesma casa.

Os pais, sobretudo, do século XXI, e mais em especial do final da década de 80 em diante, tem deixado de acompanhar com mais dedicação o desenvolvimento de seus filhos, bem como, na escola não poderia ser diferente esse afastamento da família, visto que, uma boa parcela de pais demonstra desinteresse na vida escolar de seus filhos.

Nesta mesma toada, Bintencourt e Macedo (2017, p.7) acrescentam que:

Com total ausência de seus progenitores, promove-se a escola como responsável direta de educar seus filhos; os pais suprem suas necessidades básicas, mas tornam-se completamente ausentes, como sistema não cumprem sua função.

E continuam, dizendo:

Vemos nos últimos anos que os pais estão perdendo o controle de seus filhos, não conseguindo impor limites. Também existem casos em que os limites impostos são rígidos demais, sendo que ambas as formas podem gerar dificuldades.

Por outro lado, a escola sozinha não consegue sanar o problema da violência, e quando não há participação efetiva da família, esse problema só se agrava. Diretamente afetada, a equipe escolar tem sua missão na formação de indivíduos sobrecarregada. Diante disso, é possível encontrar docentes que ao longo dos anos, vem perdendo o estímulo em ensinar, desde fatores econômicos (baixos salários) até fatores de ausência de políticas governamentais para com a educação brasileira, vêm desestimulando esses profissionais.

Perissé (2011, p. 42) afirma que, “cada professor é um mestre insubstituível, de incalculável valor”, sendo assim, o Brasil tem perdido de maneira indireta vários profissionais, pois mesmo que estejam presencialmente atuando, é possível perceber uma perda no estimo em exercer a profissão, e, um dos fatores que geram essa perda é a violência sofrida pelos docentes.

A respeito da violência recebida e notada pelo professor, para Soares e Machado (2014, p. 12) “[...] os professores sugerem que os eventos de natureza social se configuram como aspectos norteadores das representações, no que concerne ao desencadeamento da violência contra o professor”. Desta forma, aspectos como a constituição familiar e participação dos pais ou responsáveis, a desigualdade social, as mídias digitais, são aspectos que contribuem para esse aumento da violência contra o docente.

Para além da violência sofrida contra o docente, ainda é necessário ressaltar que os desafios da profissão só aumentam, visto que, o professor já se depara com grandes demandas e poucos recursos, principalmente na rede pública de ensino. Sendo assim, a violência nas escolas gera mais demandas

para o professor, além de sofrer em casos de violência, o profissional tem-se sobrecarregado com a função de tratar os alunos indisciplinados e agressivos.

De acordo com Stefanini (2019, p.53), há uma dificuldade crescente dos docentes, e que é realidade das escolas públicas brasileiras, diz a autora:

Os professores apontaram dificuldades no funcionamento da escola, problemas com a estrutura física, escola inserida em uma comunidade com tráfico de drogas e crimes, falta de envolvimento da família com a escola e comportamento problemáticos dos estudantes, como desrespeito e uso de linguagem imprópria.

Dentro desta perspectiva, há uma mobilização no cenário acadêmico a fim de desenvolver práticas pedagógicas que mitiguem as experiências vividas e vivenciadas pelos profissionais docentes concernente a violência dos alunos para com os alunos ou para com o corpo docente. Desta maneira, Piovesan *et al.* (2005, p. 4) trabalharam com os professores ações educativas que pudessem ser realizadas em sala de aula, isto é, “criar situações em que o educando participe de forma ativa e traga à tona seus conflitos, frustrações e aspirações, assumam-os, refletindo sobre eles e discutindo com os outros, buscando solucioná-los de forma construtiva”.

Em suma, as ações citadas anteriormente, dizem respeito à processos educativos que precisaram ser moldados pela instituição escolar, abrangendo ainda mais responsabilidades em relação a formação do indivíduo violento, e sua efetiva inserção democrática na escola e no processo educativo, visto isto, o professor além de ensinar, agora também precisa trabalhar aspectos psicológicos de seus discentes.

2.2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO TEMA

Inicialmente, tem-se um conceito de família bem mais expandido, dessa maneira:

[...] compreende-se que a família possui atualmente distintas formações e que seu conceito mudou ao longo do tempo, pois, antes era restrito ao sistema tradicional, no qual homens e mulheres possuíam posições definidas. Porém, na contemporaneidade, família se conceitua como o lugar de segurança, afeto e apreensão de valores de uma criança, não mais se restringindo a aspectos sanguíneos. (COSTA e SOUZA, 2019)

Sendo assim, compreende-se que, a família percorre aspectos muito além do sanguíneo, valendo-se de família toda a construção de afetividade, bem como, o espaço em que de fato se considere seguro, o qual a criança possa ter a confiança para poder se expressar e ser ouvida.

Ainda sobre o conceito de família, observa-se que há uma diversidade de famílias constituídas, e que não se trata de conceito estático, pois sempre que existe uma nova provocação social podem-se haver novos subnúcleos. Vale ressaltar também a contextualização trazida por Wagner, Tronco e Armani (2011):

[...] pode-se dizer que a coexistência de configurações e estruturas familiares diversas tem ampliado não só o conceito de família, mas também suas implicações na sociedade, gerando a necessidade de aceitar e conviver com o diferente.

Nesse sentido, nota-se um conceito de família mais aberto, que se adequa melhor as necessidades e modos de vida atual, atendendo uma requisição por assim dizer da sociedade, logo, família não é mais tão somente aquela formada por pai, mãe e filho ou filhos, existindo agora outros núcleos de pessoas que juntas compartilham de características em comum, formando assim novas famílias.

Por outro lado, a "violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror". (SILVA; SALLES, 2010, p. 218). Pereira (2004, p. 76) esclarece que os alunos podem apresentar agressividade, nervosismo, impulsividade, revolta e tensão. Sendo assim,

O que especifica a violência é o desrespeito, a negação do outro, a violação dos direitos humanos que se soma à miséria, à exclusão, à corrupção, ao desemprego, à concentração de renda, ao autoritarismo e às desigualdades presentes na sociedade brasileira (SILVA; SALLES, 2010, p. 218).

Conforme Pereira (2004, p. 91), é possível observar fatores que influenciam o sujeito a se expressar de forma violenta: o contexto social, os diversos ensinamentos vindo da família, a influência das mídias na formação do indivíduo, dentre eles a fome, a miséria, a baixa autoestima, autoafirmação, o desemprego, baixa renda, ausência de moradia, falta de religião, muita liberdade e vícios.

Dessa forma, a violência escolar interfere no processo de ensino e aprendizagem do educando, e é tida nesse espaço como um obstáculo para as práticas pedagógicas e interfere nas relações interpessoais, afetando o bem estar dos alunos, bem como de seus professores.

Neste contexto, a profissão docente exige dos indivíduos que ingressam nessa jornada de trabalho bastante empenho, preparação, conhecimento, tempo e dedicação, assim como, compromisso e comprometimento com o juramento feito enquanto formando do curso de graduação (licenciatura) de sua área. De acordo com Santos (2015, p.358):

Ser professor é um ato político, social, é aceitar o desafio de contribuir para o processo de humanização do homem, mas para tal ele mesmo, o professor, precisa ser antes, valorizado, primeiro por ele mesmo, pelos governos e sociedade. A excelência na qualidade da Educação dos indivíduos e da sociedade começa pela excelência da profissão docente.

Certamente, o docente é capaz de marcar e mudar a vida de indivíduos, possuindo um papel essencial na transformação de sociedades e o mais gratificante, que é poder ensinar e aprender concomitantemente, pois, já dizia Paulo Freire, um renomado pedagogo da educação brasileira que, “quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”.

Diante disso, valorizar o profissional da educação, e a educação em si, é fundamental para a construção de um país minimamente decente, justo e igualitário na questão social e cultural, que são um dos principais objetivos da educação. E, sem dúvida, assim como todas as outras profissões que lidam diretamente com vidas é uma profissão memorável, digna de respeito e prestígio social.

2.3 A QUESTÃO DA LEGISLAÇÃO

Inicialmente no que se refere a Legislação e as metas vigentes quanto aos elementos fundamentais para enfrentar os desafios na educação atual, foi possível por meio desta pesquisa realizar uma análise crítica e verificar as lutas e conquistas políticas significativas no que tange aos obstáculos no cotidiano do contexto escolar, quanto a valorização dos profissionais da educação, as formas de prevenção a violência praticada na escola e a participação familiar no processo de ensino e aprendizagem da criança ou adolescente assegurados por Lei, mas ainda foi identificadas situações relativas que comprometem o bom funcionamento da rede regular de ensino.

Na Constituição Federal (1988) no artigo 206, inciso V, considera aspectos relativos à valorização do trabalhador docente ao estabelecer a:

V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União. (BRASIL, 1988)

Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394 de 1996 (LDB) no artigo 67 assegura o que estabelece a Constituição Federal (1988), isto é:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;
IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
VI - condições adequadas de trabalho.
(BRASIL, 1996)

Neste sentido, diante das leis citadas acima é possível identificar a ausência da maioria das políticas públicas na prática, sendo que parece consenso que a maioria dos professores tornam-se efetivos por meio de concurso público, bem como o piso salarial em algumas redes de ensino e a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho. Além da Constituição Federal (1988) e Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394 (1996), constam também no Plano Nacional de Educação (2014-2024) as metas em relação a formação, remuneração e plano de carreira.

Apesar de, a Legislação transparecer a preocupação quanto a valorização dos profissionais, há ainda muito que se conquistar. Os profissionais da educação sofrem com uma situação crítica, a convivência com a violência nas instituições de ensino. Entretanto, a escola tem autonomia para poder trabalhar medidas preventivas em relação à violência, realizando projetos pedagógicos com a família e com os próprios educandos.

De acordo com a Lei de nº 13.185, de 06 de novembro de 2015, que Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), o Bullying é todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, praticado por apenas um indivíduo ou mais e contra uma ou mais pessoas, com intuito de agredir ou intimidar, causando dor ou angústia a vítima e o desequilíbrio do poder entre a vítima e o agressor.

Ainda assegurado pela Lei nº 13.185 em casos como a situação do bullying a escola tem o dever promover ações de prevenção, conscientização, diagnose e combate a violência.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1º:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
- IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;
- V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;
- VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;
- VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
- VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;
- IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar. (BRASIL, 2015)

Bem como, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 18, estabelece que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (Brasil, 1990). Desse modo assegura a proteção integral das crianças e adolescentes, expressando sob a lei a penalidade caso haja o seu descumprimento.

Ainda de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 98, no que se refere aos direitos das crianças e adolescentes, a Lei prevê medidas caso algum direito seja negado:

- Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
 - II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
 - III - em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990)

Nesse contexto, cabe a todos zelar pela integridade desses sujeitos, oferecer assistência caso necessário e a preservação do indivíduo contra atos de brutalidade, contribuindo com desenvolvimento físico, mental, moral,

espiritual e em casos de violência comunicar o conselho tutelar, o qual deverá tomar as devidas providências cabíveis que garantam o direito da criança e do adolescente definidos pela legislação.

Por outro lado, além de se considerar a necessidade de valorizar os docentes e a questão da violência no espaço escolar, é relevante destacar outro fator bastante polêmico que contribui para a violência presenciada nas escolas e os desafios que os educadores enfrentam na educação, trata-se da ausência familiar no processo de ensino e aprendizagem do educando.

Dessa forma, a família precisa matricular o seu filho obrigatoriamente na rede regular de ensino, bem como é importante a sua participação no âmbito escolar. É crucial ressaltar que a educação é um direito decretado pela legislação, visto que, é um processo que se inicia desde o nascimento, sucede nos espaços de desenvolvimento e aprendizagem que o indivíduo está inserido, por exemplo, na vida familiar, instituições de ensino e outros espaços formativos.

Apesar das crianças e adolescentes conviverem a maior parte do tempo com a família, fazem parte do seu processo formativo os professores e demais funcionários da escola, em um segundo momento.

A Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394 de 1996 (LDB) no artigo 2, assegura:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Portanto, considerando a reflexão descrita na referida lei, a educação se inicia primeiramente, no contexto familiar, ou seja, a família deve manter-se presente, tendo a ciência das ações educativas escolares e contribuindo com

essa participação na vida estudantil do educando tendo como resultado o progresso do mesmo.

Assim, a educação não deve ser somente de responsabilidade da escola, mas, juntamente com a instituição familiar estarem conectadas em busca da mesma finalidade que é a formação integral do educando, enquanto ser atuante em sociedade.

Por outro lado, além da obrigatoriedade da participação ativa da família no processo de ensino aprendizagem do educando, ainda é relevante ressaltar que há na legislação certa omissão em dizer quais são os deveres específicos dos pais quanto ao processo educativo da criança em idade escolar.

Em vista que, a Lei nº. 8.069/90 o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em seu artigo 53, parágrafo único diz: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, como participar da definição das propostas educacionais”, veja que o aludido artigo faz menção ao “direito” dos pais, faltando mencionar o dever dos mesmos em participar efetivamente das atividades escolares dos filhos.

Dessa forma, é perceptível a existência das Legislações no intuito de garantir a valorização da carreira docente, ações preventivas ao combate a violência no ambiente escolar e o dever da família na participação da educação do educando, tendo em vista a relevância dessas políticas para formação do todo (professores, alunos, família e sociedade), fundamentalmente na construção da educação do indivíduo enquanto cidadão. Contudo, ainda é visto uma resistência quando se refere a execução da Legislação na escola, ou seja, não é sempre que a instituição escolar ou outro órgão responsável mostra-se capaz de fazer acontecer efetivamente o que está previsto nos decretos.

2.4 DADOS EMPÍRICOS DOS DESAFIOS ENFRENTADOS NA ESCOLA: VIOLÊNCIA, FAMÍLIA E PROFISSIONAL DOCENTE

Esta seção apresenta resultados de pesquisas já realizadas por órgãos, institutos e instituições que apresentam dados quantitativos sobre os desafios educacionais apresentados anteriormente.

A princípio, uma pesquisa realizada em 2013 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a violência nas escolas, define o Brasil como líder do ranking de agressões contra professores, 12,5% disseram ter sido vítimas de agressões verbais ou intimidações de alunos. Abaixo do Brasil está a Estônia (11%) e a Austrália (9,7%).

Quantidade de profissionais entrevistados	Local da Pesquisa	Quantidade de países pesquisados
100 mil professores e diretores	Escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio	34 países

Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw

Nota-se que, essa pesquisa acende um alerta sobre valorizar mais o profissional docente e oferta-lhe condições dignas de trabalho sem que precisem passar por esse desconforto que lhe causam males físicos e psicológicos.

Ainda que, os profissionais docentes representem um dos segmentos que mais sofrem com a violência dentro das escolas, o educando também passa por muitas situações ruins, as quais não deveriam passar, pois a escola é um ambiente que deveria ser capaz de promover boas convivências.

De acordo com dados divulgados no fim de 2018 pelo Ministério da Saúde, cerca de 42% dos alunos da rede pública de ensino relataram ser vítima de violência física ou verbal.

Quantidade de entrevistados	Faixa Etária	Local da Pesquisa
6.700 estudantes	12 a 29 anos	Escolas em 7 capitais do Brasil: Maceió (RN), Fortaleza (CE), Vitória (ES), Salvador (BA), São Luís (MA), Belém (PA) e Belo Horizonte (MG).

Fonte: <https://www.folhavoria.com.br/saude/noticia/02/2019/quase-metade-dos-alunos-de-escola-publica-relatam-sofrer-violencia-fisica-e-verbal>

Além disso, uma pesquisa recentemente realizada especificamente no estado de São Paulo, feita pelo Instituto Locomotiva, a pedido do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), publicada em dezembro de 2019, mostra o percentual de estudantes e professores que declararam ter sofrido algum tipo de violência dentro da escola. Observe.

% Sofreram pessoalmente violência em suas escolas no último ano (total tipos de violência estimulados)				
	ESTUDANTES		PROFESSORES	
	2017	2019	2017	2019
Agressão verbal	27%	17% ↓	44%	48% ↑
Agressão física	9%	7% ↓	5%	5%
Furto / Roubo	6%	4% ↓	6%	8% ↑
Bullying	13%	22% ↑	8%	16% ↑
Discriminação	3%	6% ↑	9%	15% ↑

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/18/casos-de-bullying-e-discriminacao-aumentam-entre-alunos-e-professores-nas-escolas-de-sp-diz-pesquisa.ghtml>

Diante dos dados acima descritos, é preocupante o cenário que hora se apresenta no Brasil. Só para exemplificar, é possível encontrar em uma simples

pesquisa na ferramenta Google casos gravíssimos de violência ocorridos dentro da escola, como por exemplo, o recente Massacre de Suzano ocorrido em 13 de março de 2019. Violência esta, fruto de um possível bullying sofrido pelos agressores ex-alunos da escola.

Compreende-se que, uma das causas geradoras de indivíduos agressivos é a ausência da família. Este fato é confirmado na pesquisa realizada em 2014 pelo movimento Todos pela Educação, o qual mostra que:

19% dos pais de estudantes são considerados distantes do ambiente escolar e da própria relação com os filhos. No outro extremo, 12% dos pais são comprometidos, ou seja, acompanham o desempenho dos filhos na escola, comparecem às atividades escolares e têm relação próxima com crianças e jovens. (AGÊNCIA BRASIL, 2014)

Diante do exposto, conclui-se que, a ausência dos pais configura-se um elemento catalizador da violência gratuita que se consolida no dia-a-dia da escola. Conforme Aguinio (2003, p.10-11),

em certas circunstâncias, o ato indisciplinado seria a manifestação de uma agressividade latente dirigida contra as figuras de autoridade, agressividade essa gerada pela “desestruturação” do ambiente familiar (a desagregação dos casais, a falta de tempo para cuidar dos filhos, a precária supervisão das tarefas escolares etc.) de modo genérico, supõe-se que as condutas dos alunos envolvidos em situações disciplinares sejam resultado de prejuízos psíquicos difusos, mormente ligados à primeira infância e ao modo permissivo como tais crianças e jovens foram criados por suas famílias.

Sendo assim, para atenuar essa situação conflitante seria necessária uma maior participação e presença efetiva da família no ambiente escolar, fornecendo apoio “moral” aos docentes, tendo como consequência uma maior participação no processo de formação educativa dos seus filhos.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a estruturação do presente artigo, utilizou-se como metodologia principal a natureza bibliográfica básica, com abordagem qualitativa e ênfase na descrição, a qual teve como procedimento correspondente o manuseio e a

comparação das fontes, as quais foram elaboradas por diversos autores, descrita em livros, teses, revistas e artigos científicos, sejam no suporte impresso ou digital.

Marconi e Lakatos (2019, p.173) conceituam a respeito de análise bibliográfica:

É um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificar o trabalho, a evitar determinadas publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Desta forma, as fontes foram confrontadas e apresentadas com o intuito de explicar os objetivos anteriormente definidos. De acordo com a abordagem dos autores, identifica-se a viabilidade dessa modalidade metodológica diretamente relacionada com o referido artigo. Assim pode-se destacar um aspecto relevante da pesquisa bibliográfica na seguinte afirmação:

A pesquisa bibliográfica constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2002, p.61).

Desse modo, a metodologia elegeu a fonte bibliográfica como um recurso para explicar o tema em questão, conhecendo e analisando as possíveis contribuições que se pode dela extrair, vindo a contribuir positivamente na construção e amplitude de uma nova perspectiva acadêmica sobre o assunto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, é visto que a violência é um grande desafio no contexto escolar, apesar da existência da legislação para garantir a proteção integral da criança e adolescente e da presente autonomia da instituição escolar para criar medidas no sentido de minimizar as situações de agressões, mas com a

ausência da participação familiar nesse processo é possível verificar assim mais um obstáculo, como o de superação a violência no ambiente escolar. Portanto, compreende-se que ao se referir as práticas agressivas que surgem na escola, os profissionais de educação não serão os únicos a zelar pela integridade do aluno, a instituição familiar é de suma importância no processo educativo juntamente com a instituição escolar.

Sendo assim, é necessário ressaltar que, para o enfrentamento e eventual solução do problema, não basta somente que a instituição escolar e o corpo docente se manifestem a respeito da matéria, pois no contexto abordado vê-se que muito daquilo que se enfrenta em sala de aula é trazido do que se colhe na instituição familiar. A ausência da família e eventualmente sua maior participação na educação dos filhos/alunos é fundamental para que possa superar esse paradigma da violência vivida e vivenciada em nossas escolas, sem a intervenção da família, trazendo representatividade e valores, a missão da escola e dos educadores torna-se mais difícil no sentido de não conseguir atender a todas as demandas a eles sobrepostas.

Com relação à profissão docente, os desafios enfrentados são numerosos e a superação dos mesmos mostra-se complexa, ao passo que, as políticas governamentais voltadas para a educação parecem sempre deixar de lado as questões relacionadas ao magistério. Seria necessário muita dedicação e seriedade por parte desses setores para desenhar novos caminhos favoráveis aos docentes. Diante disso, é necessário recuperar o status social da profissão, o poder aquisitivo e econômico do docente, o qual não é dos melhores, bem como, ofertar condições dignas de trabalho, dar mais segurança e respeito, menos salas de aula superlotadas, mais capacitação e valorização.

Nesse sentido, o presente artigo cumpriu o seu objetivo em transmitir o contexto atual do cotidiano escolar em relação a violência, a ausência da família e a desvalorização do docente. Recomenda-se assim, projetos pedagógicos que envolvam a família, os quais lhes dê mais responsabilidade

sobre seus filhos a fim de superar a violência no ambiente escolar, bem como, a criação de um fórum para fiscalizar as políticas públicas em favor da carreira docente para que sejam eficazes e se cumpram. Por fim, valorizar a educação de maneira global é fundamental para a construção de um país minimamente decente, justo e igualitário na questão social, que é um de seus principais objetivos.

5. REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: o Contraponto das escolas democráticas**. São Paulo, Ed. Moderna, 2003.

BECKER, Kalinca Léia; KASSOUF, Ana Lúcia. **Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/neco/v26n2/1980-5381-neco-26-02-00653.pdf> >. Acesso em: Out. de 2020.

BITENCOURT, Elaine Aparecida de Melo de; MACEDO, Márcio de. **Educação: a ausência da família na história da aprendizagem escolar**. Disponível em: < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Elaine-Aparecida-de-Melo-de-Bitencourt.pdf> >. Acesso em: Out. de 2020.

BORGES, Beatriz; G1 SP. **Casos de bullying e discriminação aumentam entre alunos e professores nas escolas de SP, diz pesquisa**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/18/casos-de-bullying-e-discriminacao-aumentam-entre-alunos-e-professores-nas-escolas-de-sp-diz-pesquisa.ghtml> >. Acesso em: Out. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases nº9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Projeto de lei nº. 13.005/2014. Brasília, 25 de junho de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, lei nº 8.069. Brasília 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

_____. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**), lei de nº 13.185. Brasília, 6 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA, Emanuelle Lourenço; SOUZA, Jane Rose Silva. **FAMÍLIA E ESCOLA: AS CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Revista Khora, 2019. Disponível em: < <http://www.site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/viewFile/166/113> >. Acesso em: Out. de 2020.

DW Notícias. **Cronologia de ataques a tiros em escolas do Brasil**. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/cronologia-de-ataques-a-tiros-em-escolas-do-brasil/a-47902945> >. Acesso em: Out. de 2020.

FERNANDES, Daniela. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores**. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw >. Acesso em: Out. de 2020.

MACHADO, Laêda Bezerra; SOARES, Michelle Beltrão. **Violência contra o professor nas representações sociais de docentes**. Disponível em: < <file:///C:/Users/PC%20Wcom/Downloads/28810-Texto%20do%20Artigo-124700-1-10-20150311.pdf> >. Acesso em: Out. de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. - [3. reimpr.]. – São Paulo : Atlas, 2019.

MATTNER, Daiane Alves Rodrigues. **Reflexos da Contemporaneidade: a ausência da família compromete o desenvolvimento da criança**. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4186/Daiane%20Alves%20Rodrigues%20Mattner.pdf?sequence=1>>. Acesso em: Out. de 2020.

PERISSÉ, Gabriel. **O Valor do Professor**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2011.

PIOVESAN, Orene Maria. **Violência na escola, práticas educativas e formação do professor.** Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a06n126.pdf> >. Acesso em: Out. de 2020.

RAMOS, Jéssica Cristina. **Comportamentos violentos: quando a expulsão está longe de ser a solução.** Disponível em: < http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20152/SLC0631-1/Comportamentos_violentos.pdf >. Acesso em: Out. de 2020.

Redação Folha Vitória. **Quase metade dos alunos de escola pública relatam sofrer violência física e verbal.** Disponível em: < <https://www.folhavitoria.com.br/saude/noticia/02/2019/quase-metade-dos-alunos-de-escola-publica-relatam-sofrer-violencia-fisica-e-verbal> >. Acesso em: Out. de 2020.

PEREIRA, Maria Auxiliadora. **Violência nas escolas, visão dos professores do Ensino Fundamental sobre esta questão.** Dissertação de Mestrado (Enfermagem Psiquiátrica) Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2004.

SANTOS, Westerley A. **Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor.** Sapere Aude – Belo Horizonte, v.6 - n.11, p.349-358 – 2º sem. 2015. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/9764> >. Acesso em: Out. 2020.

SALATIEL, José Renato. **Violência nas escolas - das ruas para a sala de aula.** Disponível em: < <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/violencia-nas-escolas-das-ruas-para-a-sala-de-aula.htm?cmpid=copiaecola> >. Acesso em: Out. de 2020.

SILVA, Flaviany Ribeiro; ASSIS, Simone Gonçalves. **Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura.** SciELO, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-S1517-9702201703157305.pdf> >. Acesso em: Out. de 2020.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira. **A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção.** SciELO, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/13.pdf> >. Acesso em: Out. de 2020.

SOUZA, Felipe de. **Violência na escola – Definição e contexto histórico.** Disponível em: < <https://www.psicologiamsn.com/2011/11/violencia-na-escola.html#:~:text=Os%20estudos%20da%20d%C3%A9cada%20de,tida%20como%20norma%20na%20escola.&text=A%20escola%20encontra%20dificulda> >

des%20para,enfrentar%20a%20viol%C3%Aancia%20que%20sofre. >. Acesso em: Out. de 2020.

STEFANINI, Jaqueline Rodrigues. **Pesquisa-ação e práticas restaurativas para a prevenção da violência escolar: percepções dos professores.** Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/neco/v26n2/1980-5381-neco-26-02-00653.pdf> >. Acesso em: Out. de 2020.

TOKARNIA Mariana. **Agência Brasil.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-11/pesquisa-mostra-que-12-dos-pais-sao-comprometidos-com-educacao-dos-filhos>>. Acesso em: Out. de 2020.

WAGNER, Adriana; TRONCO, Cristina; ARMANI, Ananda Borgert. **Os desafios da família contemporânea.** Disponível em: <<https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/111165393.pdf>> Acesso em: Out. de 2020.